

# ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA A EDUCAÇÃO: “PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO”

## AUTORES

Antônio Roberto Silva Santos  
[arsilvasantos@gmail.com](mailto:arsilvasantos@gmail.com)

Elisângela Santana Nascimento  
[esna\\_1@yahoo.com.br](mailto:esna_1@yahoo.com.br)

Fânia Santos de Oliveira  
[faniaso@hotmail.com](mailto:faniaso@hotmail.com)

Gilvan Edson de Souza dos Santos  
[gilvan\\_dmf@hotmail.com](mailto:gilvan_dmf@hotmail.com)

Vilma Maria Costa Lacerda  
[vilmaclacerda@ig.com.br](mailto:vilmaclacerda@ig.com.br)

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa, justifica-se para mostrar que o “Programa Brasil Alfabetizado” é um programa criado pelo Governo Federal, cuja missão é abolir o analfabetismo no Brasil, podemos dizer que o seu funcionamento ocorre da seguinte forma: Possui uma coordenação através do Ministério da Educação, que atua por meio de convênios com instituições alfabetizadoras de jovens e adultos. Vale destacar, que observamos nesse programa que, não é função do MEC executar os trabalhos de alfabetização em sala de aula. É importante complementar ainda, que o MEC viabiliza, por meio de repasse de recursos, as condições para que as instituições, de forma transparente, é bom que se diga, possam desenvolver a tarefa de ensinar a ler e escrever. Destacamos também que o MEC acompanha e avalia todas as ações dos conveniados, colocando credibilidade na execução do programa.

## Palavras Chaves:

Analfabetismo. Repasse de recursos. Política Pública. Educação.

## 1. INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos esta análise referente a uma política pública com foco na Educação, escolhemos o Programa Brasil Alfabetizado, antes de mais nada, torna-se fundamental, explicarmos o que ele significa, bem como, seu funcionamento.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Para analisarmos este programa, torna-se, de principal importância, realizarmos uma contextualização referente ao seu tema, com base nisso, trataremos da questão da inclusão social no Brasil, onde, a partir daí podemos destacar alguns pontos, que aos poucos vão fluindo no entendimento do leitor, dentre eles, destacam-se os seguintes:

- A questão da Pobreza, que na realidade é heterogênea e complexa;
- Para 55 milhões de pobres; deste total, 24 milhões vivem em condição de pobreza absoluta.
- A questão dos Indicadores educacionais para jovens e adultos com 15 anos ou mais:
- Onde 34 milhões têm menos de 4 anos de estudo; deste total, 16,2 milhões são analfabetos absolutos.

Compreende-se que surge neste contexto, detalhes fundamentais, entre os quais está a Educação ao longo da vida, onde pode-se destacar os seguintes tópicos:

- A existência de uma educação básica de qualidade para todos;
- O estabelecimento de um estímulo a leitura e a escrita em nível local e nacional;
- O surgimento de uma luta contra a pobreza de maneira estrutural.

### **3. ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Continuando com a nossa análise, vale destacar as principais estratégias de Política de Educação de Jovens e Adultos, onde são apresentadas na seqüência:

- A existência de uma alteração no conceito de “campanhas de alfabetização”;
- Existe uma integração de alfabetização com a continuidade ao nível do ensino fundamental;
- Estabelece a alfabetização como portal de entrada aos programas de inclusão social, isto é fundamental ao nosso ver;
- Possui políticas pedagógicas com vistas a reconhecer e valorizar projetos locais, fator importante do Programa;
- Estabelece uma política de leitura, promove oportunidades de continuidade;
- Existe um desenvolvimento de sistemas de acompanhamento, avaliação, documentação e comunicação.

Compreende-se que, estas estratégias, só vem enriquecer as ações estabelecidas pelo Programa Brasil Alfabetizado, tornando-se um verdadeiro caminho para se alcançar, e até mesmo superar, a falta de conhecimento daqueles que por algum motivo, deixaram de freqüentar uma sala de aula neste país.

### **4. OBJETIVO DO PROGRAMA**

O programa possui um objetivo, que é criar oportunidade de alfabetização a todos os jovens e adultos, que não tiveram acesso ou permanência na educação fundamental.

## 5. DIRETRIZES DO PROGRAMA

Destacamos algumas diretrizes que compõem o programa, que são apresentados na seguinte ordem:

- Fortalecimento da alfabetização como política pública: prioridade para Estados e Municípios;
- Estímulo à continuidade de estudos: articulação entre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola (EJA-ensino fundamental);
- Enfrentamento de situações limites de exclusão: mecanismos para incentivo à formação de turmas menores (zonas rurais e áreas de conflito urbano);
- Execução descentralizada: sistemática de parcerias com estados, municípios, organizações não-governamentais e universidades;
- Financiamento de formação inicial e continuada do alfabetizador e pagamento de bolsa ao alfabetizador;
- Celebração de parcerias:
- Articulação entre os programas Brasil Alfabetizado e Bolsa-Família;
- Incentivo para retirada de documentação e registro civil – cartilha para alfabetizadores (parceria com Secretaria Especial de Direitos Humanos);
- Projeto Pescando Letras (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca);

## 6. ALGUNS RESULTADOS

Apresentamos alguns resultados do programa, que ocorreram entre os anos de 2003 a 2006. Ressalta-se que a partir do ano de 2003, quando teve início o Programa, o número de municípios atendidos, passou de 2.729 para 4.200, quase o dobro de municípios, demonstrando com isso, que o programa teve o seu objetivo alcançado, pois chegou ao número de 2.000.000 de jovens e adultos alfabetizando no ano de 2006.

## 7. DETALHES DO PROGRAMA

Destacamos nesta análise do programa, alguns detalhes de como ocorrem as etapas de funcionamento das ações.

Vale ressaltar, que no tocante as Instituições Conveniadas, estas por sua vez, são responsáveis pela capacitação dos alfabetizadores, pela inscrição dos alfabetizados e pela organização de todo o processo de alfabetização.

É bom que se diga, que quanto ao material didático, o programa não oferece, o programa funciona somente por meio de convênios com instituições alfabetizadoras. Vale complementar que o material didático é de inteira responsabilidade dessas instituições.

Uma outra informação importante, é que pode ser alfabetizado, qualquer pessoa com 15 anos ou mais, que ainda não teve a oportunidade de aprender a ler e escrever.

Uma outra questão, é que para ser alfabetizado, é preciso que o interessado procure uma instituição conveniada do MEC mais próxima ou instituições alfabetizadoras na região onde mora.

É de valiosa necessidade, informar também que o tempo para a alfabetização varia de acordo com a proposta pedagógica da instituição alfabetizadora, possuindo uma média que é entre seis e oito meses.

Ressalta-se, que para ser alfabetizador no Programa Brasil Alfabetizado é necessário participar dos cursos de capacitação nas instituições alfabetizadoras conveniadas.

Complementa-se ainda, informando que, para uma instituição ser conveniada do MEC, é preciso que a instituição deve ter experiência comprovada em alfabetização de jovens e adultos e encaminhar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), um projeto de apoio financeiro. Portanto, para isto, o formulário pode ser retirado na página do FNDE na internet ([www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)).

Quanto ao método para alfabetizar, as instituições podem apresentar o método que mais se adequar à realidade das comunidades onde atua. O importante é que as propostas pedagógicas comprovem que os alunos serão capazes de ler,

escrever, compreender e interpretar textos e realizar as operações matemáticas básicas.

Outra informação básica, é que qualquer pessoa ou empresa pode contribuir com o trabalho de abolição do analfabetismo, seja como alfabetizador voluntário ou colaborador, pois o objetivo do Brasil Alfabetizado é que toda a sociedade contribua nessa luta contra o analfabetismo.

Vale dizer também, que para ser um alfabetizador voluntário, o caminho são as secretarias de educação estaduais e municipais, instituições alfabetizadoras e as organizações não-governamentais, que trabalham com alfabetização de jovens e adultos.

Complementa-se ainda que, para uma pessoa ou empresa colaborar com o Brasil Alfabetizado, há muitas maneiras de participar. Uma delas é que o voluntário pode ser pessoa física ou jurídica.

## 8. CONCLUSÃO

Concluimos, dizendo que o Programa mostra que é importante saber ler e escrever, porque esse é um direito de todo cidadão. Pois só desta forma ele poderá exercer seu papel social, enfim, poder realmente dizer que é um cidadão.

Convém salientar que, ter uma oportunidade de participar do Brasil Alfabetizado é, também, estimular o analfabeto a freqüentar os cursos de alfabetização, mostrando o quanto é importante para qualquer pessoa saber ler e escrever.

Contudo, ao analisarmos o Programa Brasil Alfabetizado, que é um dos programas previstos no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), entende-se que o Ministério da Educação (MEC), deveria priorizar o ensino regular na educação de jovens e adultos.

Observamos também que o programa prevê que o jovem ou o adulto analfabeto, se alfabetize primeiro para depois ser encaminhado a turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e continuar os estudos.

Vale ressaltar, que saber ler e escrever neste país, realmente torna-se uma questão de dignidade e de oportunidade. Uma vez que, um país quando é alfabetizado, tem a possibilidade de criar mais alternativas para o desenvolvimento. Podemos ir mais longe ainda, dizendo que é mais que tudo isso, pois um país alfabetizado, é um país mais justo e mais humano em todos os sentidos.

Portanto, concluimos nossa análise, com o pensamento de que, um país para ter uma boa educação, todos, mas todos mesmo, sem exceção, devem iniciar este processo ainda na fase inicial da vida, para que no futuro, possam contribuir para o crescimento da nossa nação, esta é a nossa análise.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil**/organização Anne Joyce Angher – 12. ed. – São Paulo: Rideel, 2006. – (Coleção de leis Rideel. Série compacta).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa** – 2ª ed. Rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional: LDB**

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

Manual do Alfabetizador. Impresso no Brasil - Distribuição gratuita, 2006.

Site: <http://portal.mec.gov.br/secad>

Site: <http://www.mec.gov.br/alfabetiza>

Site: <http://www.fnde.gov.br>